

de insolvência do devedor Carpintaria de J. B. Marinho, L.^{da}, número de identificação fiscal 501753842, com endereço no lugar de São Miguel, Figueiredo, 4700-645 Braga.

São administradores do devedor Eduardo Martins Barbosa, número de identificação fiscal 106257064, Rua de Maria Amélia Bastos Leite, 131, Ferreiros, 4705-156 Braga, a quem é fixado domicílio na sede da insolvente.

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.^a Graciela M. Coelho, com domicílio na Rua de Fradique Morujão, 260, 4460 Senhora da Hora.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvente e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 7 de Março de 2007, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da aplicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua reparação pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE.)

26 de Janeiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Castro Machado*. — O Oficial de Justiça, *Maria Filomena Freitas Maciel*. 3000225218

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE FARO

Anúncio n.º 1128/2007

Prestação de contas do administrador (CIRE)
Processo n.º 862/06.8TBFAR-D

Liquidatário judicial — Ademar Margarido de Sampaio R. Leite. Requerido — J. Nobre & C.^a, L.^{da}

A Dr.^a Maria da Graça Magalhães Agrelo Vicente, juíza de direito do 2.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Faro, faz saber que são os credores e a(o) insolvente notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

30 de Janeiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria da Graça Magalhães Agrelo Vicente*. — O Oficial de Justiça, *Maria Cândida Mata Fura Matoso*.

1000310605

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DO FUNCHAL

Anúncio n.º 1129/2007

Prestação de contas (liquidatário)
Processo n.º 59-G/1983

No 1.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca do Funchal correm termos uns autos de prestação de contas (liquidatário), com o n.º 59-G/1983, em que é falida a sociedade Leacock & C.^a, L.^{da}, número de identificação fiscal 511004450, Rua do Major Reis Gomes, 13, Funchal, 9000 Funchal.

O juiz Dr. José João Dias Costa, faz saber que nos autos acima identificados correm éditos de 10 dias, a contar da publicação do respectivo anúncio, notificando os credores e a falida para, no prazo de 5 dias subsequentes aos dos éditos, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário judicial Dr. Luís Alberto Amaral Paiva Lopes.

21 de Dezembro de 2006. — O Juiz de Direito, *José João Dias Costa*. — O Oficial de Justiça, *Marcelo Matos*.

3000224446

4.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LEIRIA

Anúncio n.º 1130/2007

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)
Processo n.º 396/07.3TBLRA

Insolvente — SERPRINT — Indústria de Calcomanias, L.^{da}
Presidente da comissão de credores — Banco Espírito Santo e outro(s).

No 4.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Leiria, no dia 22 de Janeiro de 2007, pelas 18 horas e 30 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor SERPRINT — Indústria de Calcomanias, L.^{da}, número de identificação fiscal 502409142, Rua do Município, lote H, 2.º, B, 2400-000 Leiria, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor, aos quais é fixado domicílio nas moradas indicadas:

Vítor Manuel Rosário dos Santos, Rua do Município, lote H, 2.º, B, 2400-000 Leiria;

Maria Alexandra da Maia e Vale da Silva Grilo, Rua do Município, lote H, 2.º, B, 2400-000 Leiria.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. Carlos Henrique Martins Maia Pinto, com domicílio na Avenida de D. João III, Edifício 2000, 3.º, esquerdo, 2400-000 Leiria.

Fica determinado que a administração da massa insolvente será assegurada pelo devedor, nos precisos termos e com as limitações impostas na sentença.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas directamente ao administrador da insolvência.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante da sentença (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado de todos os documentos probatórios de que dispõemham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento e montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 30 de Março de 2007, pelas 14 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

24 de Janeiro de 2007. — O Juiz de Direito, *Pedro Raposo de Figueiredo*. — O Oficial de Justiça, *Clarisse Maria Rolo*.

1000310584

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio n.º 1131/2007

**Insolvência de pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 972/06.1TYLSB**

Credor — Lease Plan Portugal — Comércio e Aluguer de Automóveis e Equipamentos, L.^{da}

Insolvente — EXPRESSOMAS — Courier Distribuição e Logística, L.^{da}

No 2.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, no dia 9 de Janeiro de 2007, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora EXPRESSOMAS — Courier Distribuição e Logística, L.^{da}, número de identificação fiscal 503272493, com sede na Avenida do Marechal Gomes da Costa, 35, armazém 3, freguesia de Marvila, 1800-255 Lisboa.

São administradores da devedora Mário Jorge Alves Barbosa da Silva, com endereço na Rua C, lote 24, 3.º, esquerdo, Terra do Moinho, Odivelas, Jorge Manuel Raposo Gil, com endereço na Avenida do Dr. Ricardo Ribeiro Leitão, 8, 5.º, direito, Massamá, Sintra, Joaquim dos Santos Preença, com endereço na Urbanização da Cidade Nova, lote 13-14, 7.º, C, Santo António dos Cavaleiros, Loures, e Francisco José Soares e Simas Duarte Costa, com endereço na Rua de Francisco Tomás da Costa, 23, 2.º, esquerdo, 1600-091 Lisboa.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. Carlos Alberto Teixeira dos Santos, com endereço na Rua de Manuel Marques, 4, 12.º, E, 1750-171 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que dispõemham, elaborado nos termos do artigo 128.º do CIRE.

É designado o dia 12 de Abril de 2007, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da aplicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

11 de Janeiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria José de Almeida Costeira*. — O Oficial de Justiça, *Maria do Céu Silva*.

3000225229

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE MARCO DE CANAVESES

Anúncio n.º 1132/2007

**Insolvência de pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 1592/06.6TBMCM**

Credor — Sociedade de Limpezas do Marco, L.^{da}
Insolvente — GEDIF — Sociedade de Construções, L.^{da}

No 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Marco de Canaveses, no dia 9 de Janeiro de 2007, às 17 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora GEDIF — Sociedade de Construções, L.^{da}, número de identificação fiscal 504442023, com endereço na Rua de São Nicolau, 830, 4630-261 Marco de Canaveses, com sede na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. António Bonifácio, com endereço no Edifício Ordem IV, rés-do-chão, esquerdo, 4.º, C, apartado 47, 4630 Marco de Canaveses.

São administradores do devedor GEDIF — Sociedade de Construções, L.^{da}, à qual é fixado domicílio na morada indicada.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).